

OS CAMINHOS DAS BULHAS CAPIXABAS: AS SOCIABILIDADES NAS RUAS, 1850-1872

Fabíola Martins Bastos; Philipi Gomes Alves Pinheiro

Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo
biolaufes@gmail.com; philipialves@yahoo.com.br

Resumo

Propõe-se neste texto analisar as sociabilidades em Vitória/ES, entre os anos de 1850-1872. *Viver juntos* no século XIX significava conviver estreitamente: as portas das casas permaneciam quase sempre abertas para as ruas; a circulação, pelas vizinhanças, de diversas personagens que compunham uma espécie de *vida da rua* (inspetores de quarteirão, transeuntes, ambulantes, lavadeiras e janeleiras – mulheres nas janelas à espera de um murmurinho) dava ritmo ao cotidiano desses caminhos e também traziam notícias sobre as bulhas. Nesse sentido, o artigo investiga as sociabilidades por uma via particular: a dos conflitos. Acredita-se que eles não tinham somente um aspecto de quebra de equilíbrio, mas guardavam também uma perspectiva de ajustamento.

Palavras-chave

Ruas, Sociabilidades, Bulhas

Abstract

It is proposed in this paper to analyze the sociability in Vitória/ES, between the years 1850-1872. Living together in the nineteenth century meant socialize closely: the doors of the houses remained usually open to the streets, the movement, the neighborhood of several characters who made up a kind of street life (inspectors block, pedestrians, street vendors, washerwomen and janeleiras - women at the windows waiting for a murmur) gave rhythm to the daily lives of these paths and also brought news about the conflicts. In this sense, the article investigates the sociability of a particular route: the conflict. It is believed that they have not only a break point of equilibrium, but also kept a perspective adjustment.

Key-words

Streets, Sociabilities, Conflicts

1. Sociabilidade e conflito

O conceito de sociabilidade ganhou projeção na historiografia brasileira das últimas décadas a partir do estudo das festas promovidas por agremiações religiosas e das manifestações afro-americanas do período colonial, e, sobretudo, do Brasil Imperial (BOSCHI, 2004, p. 15-39). Existem ainda, não obstante, muitas lacunas a serem cobertas, em especial no tocante aos espaços privados e públicos de construção das relações sociais. Pode-se afirmar, inclusive, encontrar-se em marcha a construção de uma historiografia das sociabilidades no Brasil. Os empreendedores dessa linha de pesquisa encontram-se representados por historiadores como Marco Morel (2005), nomeadamente em *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, István Jancsó e Iris Kantor (2001), com a coletânea *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, Mariza Carvalho Soares (2000) em *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, e Marina de Mello e Souza (2006) com *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*, entre outras obras do gênero.

Embora a produção acadêmica sobre as sociabilidades em nosso país ainda não componha um vasto conjunto historiográfico, Maria Alexandre Lousada (1995, p. 08) afirma que o conceito apareceu pela primeira vez em 1669, na França, para denominar comportamentos “[...] anteriormente denominados costumes, vida quotidiana, vida associativa, ou até, [...] a propensão dos indivíduos para a vida em sociedade”. Em que pese sua longevidade, a noção de sociabilidade ainda se encontra aberta a novas re-significações e ajustamentos. Nos trabalhos sobre o tema inclui-se invariavelmente o volume *Pénitents et Francs-Maçons de l’ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*, de Maurice Agulhon (1984), que ainda espera por uma edição em língua portuguesa. O próprio Agulhon (1984, p. I) justifica nos seguintes termos o caráter pioneiro de sua obra: “Para resumir numa só palavra, nosso livro contribuiu mais que qualquer outro para incluir no conjunto dos conceitos e das categorias históricas, para lançar no vocabulário dos historiadores, a sociabilidade”. De acordo com o historiador francês, a sociabilidade residiria em certa atração pelo cotidiano¹.

Maurice Agulhon (1984) analisa as sociabilidades a partir das relações sociais empreendidas em associações formais, como a maçonaria, por exemplo, tratando,

¹ O trecho transcrito é uma tradução livre. No original: “Pour tout dire d’un mot, notre livre a contribué plus que tout autre à inclure dans le stock des concepts et des catégories historiques, à lancer dans le vocabulaire des historiens, la sociabilité.”

portanto, da sociabilidade institucionalizada. Neste artigo, em contrapartida, dá-se ênfase às sociabilidades informais, ou seja, aquelas que se desenrolaram nas ruas e nos espaços diversificados das cidades. Na perspectiva de Arlette Farge (1997, p. 114) existem certos lugares como igrejas, cemitérios, ruas e botequins, que provocam formas específicas de sociabilidade, de conciliação, de disputa e de conflito, fornecendo um imaginário onde a opinião popular se constrói, exprimindo a sua maneira de apreender um real que lhe é também distribuído, lugar a lugar. As sociabilidades promovidas pelos espetáculos, pelas conversas ao pé do ouvido ou por bulhas familiares evocam o modo como as pessoas veem a si próprias e aos outros, como julgam os comportamentos alheios e como vivem seus arranjos interativos no ambiente social (FARGE, 1997, p. 113).

Nas sociabilidades aqui estudadas destacam-se os vínculos afetivos familiares e vicinais alimentados pelos indivíduos. Maria Alexandre Lousada (1995, p. 385), ao estudar os comportamentos sociais dos habitantes de Lisboa do século Dezoito, interpretou a violência banal que impregnava a vida da camada popular como fator essencial da sociabilidade dos residentes lisboetas. Incluíam-se nessa forma de violência as pequenas desordens públicas, as ocorrências de embriaguez, as alterações verbais (injúrias) e as agressões físicas que não resultavam em ferimentos graves (LOUSADA, 1995, p. 375).

Inspirado em tal abordagem, o presente texto analisa os espaços sociais utilizados pela população de Vitória como *locus* privilegiado do estabelecimento das relações sociais. No cerne desses relacionamentos identificam-se, sem dúvida, os conflitos e as brigas como uma das modalidades de sociabilidade empreendidas pelos capixabas. Aqui, as engrenagens do dia a dia parecem ter sido regidas, quem sabe, pela produção e reprodução sociais dos indivíduos por meio do estabelecimento de suas sociabilidades, incluindo-se aí os conflitos, os laços de amizade, os casamentos, o trato dos negócios, a participação em formas institucionalizadas de sociabilidade, entre outras manifestações de interação urbana.

A especificidade das relações sociais dos capixabas pautou-se, parcialmente, pela indefinição entre a vida privada e pública dos indivíduos. O processo de privatização do lar e de institucionalização de uma intimidade ligada ao público, tal como definido por Jürgen Habermas (2003, p. 42-59), não se aplica aos moradores das freguesias capixabas da segunda metade do Dezenove, pois as pessoas ainda viviam suas vidas deixando-se invadir pela brisa da rua e dos olhares de outros. Não se reconhecia a necessidade de manter as portas e as janelas fechadas, ao passo que a rotina familiar doméstica era acompanhada pelos pedestres e pela vizinhança. Essa

indefinição entre público e privado afetava a relação familiar, quase que desprovida de intimidade. Os problemas vivenciados no lar resolviam-se *portas adentro* e *portas a fora*, tratando-se com paridade parentes e vizinhos: todos davam opinião e se faziam ouvir. Espaços definidos públicos por Habermas (2003, p. 46-49), como a rua e as praças, adquiriam conteúdo privado devido ao sentido simbólico que lhes atribuíam os moradores de Vitória: as casas, com suas portas e janelas abertas para a rua, pareciam manter com os espaços públicos uma relação interativa (BRANCO, 2008, p. 04). A privatização da vida doméstica somente far-se-ia sentir de fato em Vitória em fins do Oitocentos e início do século XX.

A sociabilidade capixaba fundamentava-se em normais informais que regulamentavam o convívio. Quando extrapolado algum limite desse código informal de convivência abria-se o espaço para o conflito, pois os moradores preferiam dirimir suas diferenças utilizando primeiramente a via informal, ou seja, recorrendo a uma solução pessoal e legitimada em grande medida pela população local: o acerto de contas face a face. Os indivíduos se guiavam pelo referencial do outro. A partir do comportamento social alheio era formulado o seu próprio modo de agir. As pessoas produziam-se socialmente no decorrer da composição de suas sociabilidades.

As sociabilidades contenciosas² foram privilegiadas neste texto por se entender que as mesmas também apresentavam uma perspectiva de ajustamento ou de ruptura das normas informais de convivência. Compartilha-se, com Geraldo Antônio Soares, a idéia de que o estudo da sociedade por intermédio do filtro de fontes judiciárias (autos criminais) possibilita a investigação do conflito como forma de pulsação social. Nos termos desse autor: "O conflito é uma forma reveladora de ritmo ou de dinâmica social e política, constituindo-se assim objeto por excelência da história, na medida em que essa trata da mudança" (SOARES, 2004, p. 61). Arlette Farge (1993, p. 285) explica que um dos aspectos menos explorados da desordem é o do ajustamento das relações sociais. Impressionou à historiadora francesa a perspicácia com que os habitantes da Paris setecentista se comportavam uns com os outros, usando sua inteligência e sensibilidade para vivenciar seus desejos de encontro ou de ruptura.

Neste artigo, as relações de convivência e os vínculos estabelecidos pelos residentes de Vitória foram privilegiados nas narrativas das cenas de sociabilidades inspiradas nos autos criminais de injúria e agressão física de 1850 a 1872. Os conflitos não continham somente um aspecto de desordem ou de descompasso para

² Compreendem-se por sociabilidades contenciosas as relações sociais marcadas pelas discussões, conflitos.

com o cotidiano local. Eles funcionavam também como elemento regulador da moral, condenando hábitos e condutas de vida, forjando hierarquias sociais, restabelecendo o equilíbrio costumeiro entre os habitantes. De acordo com o Edward Palmer Thompson (2001, p. 235), “[...] um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos.” Thompson buscava nos momentos de ruptura da ordem, como os motins, lançar nova luz sobre os períodos de normalidade, porquanto, em sua interpretação, “[...] uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados” (2001, p. 235).

Sob tal ponto de vista, a análise dos autos criminais mostra-se importante na discussão das sociabilidades desenvolvidas pelos capixabas, vez que os testemunhos coligidos no decorrer da ação judicial revelam vestígios singulares do cotidiano de Vitória. A fonte judicial, nesse sentido, foi lida nas entrelinhas, levando-se em consideração mais os relatos indiretos a respeito da convivência estabelecida entre vizinhos, parentes e amigos, do que propriamente a narrativa do crime investigado. Como indica Marc Bloch (2002), os testemunhos indiretos, por vezes, tornam-se mais valiosos do que os diretos no estudo de sociedades passadas. As cenas delituosas narradas nos autos criminais são interpretadas, pois, como eventos do cotidiano, previstos nas normas informais de convivência. Os documentos judiciais fornecem ao historiador pistas sutis acerca da vida ordinária dos moradores da capital, possibilitando-lhe compreender como as sociabilidades se romperam pelo uso da violência física ou verbal decorrentes da rejeição das formas pacíficas de acomodação.

As cenas de sociabilidades narradas neste texto sugerem ter sido a rua e seus espaços, tais como as praças, os cais, os chafarizes e becos, espaços singulares para o exercício da convivência entre os indivíduos. Conforme já mencionado, as pessoas mantinham com as ruas uma relação de proximidade que a sociedade contemporânea não consegue atingir. Considera-se a rua um espaço privilegiado para a constituição das sociabilidades informais, pois ela agrega em si todos os tipos de vida: a doméstica, que por vezes se estendia às calçadas das moradias e às fontes de lavar roupa; a dos negócios, daqueles que percorriam as ruas durante o dia vendendo avulsos para a noite distraírem-se nas tabernas e, não menos importante, a religiosa, especialmente nos dias de júbilo quando os fiéis subiam e desciam as ladeiras estreitas do lugarejo (LOUSADA, 1995, p. 95-120).

2. A paisagem geográfica de Vitória

Caracterizada por um relevo cingido por rochedos, em parte escarpados, planícies e diversas ilhas, a capital da Província do Espírito Santo guardava territórios

cheios de mistérios e ansiosos por ocupação. A planta n. 1 datada de 1967, mas projetando a cidade de Vitória no ano de 1895, apresenta um panorama geográfico da cidade e as limitações da ocupação demográfica dos torrões.

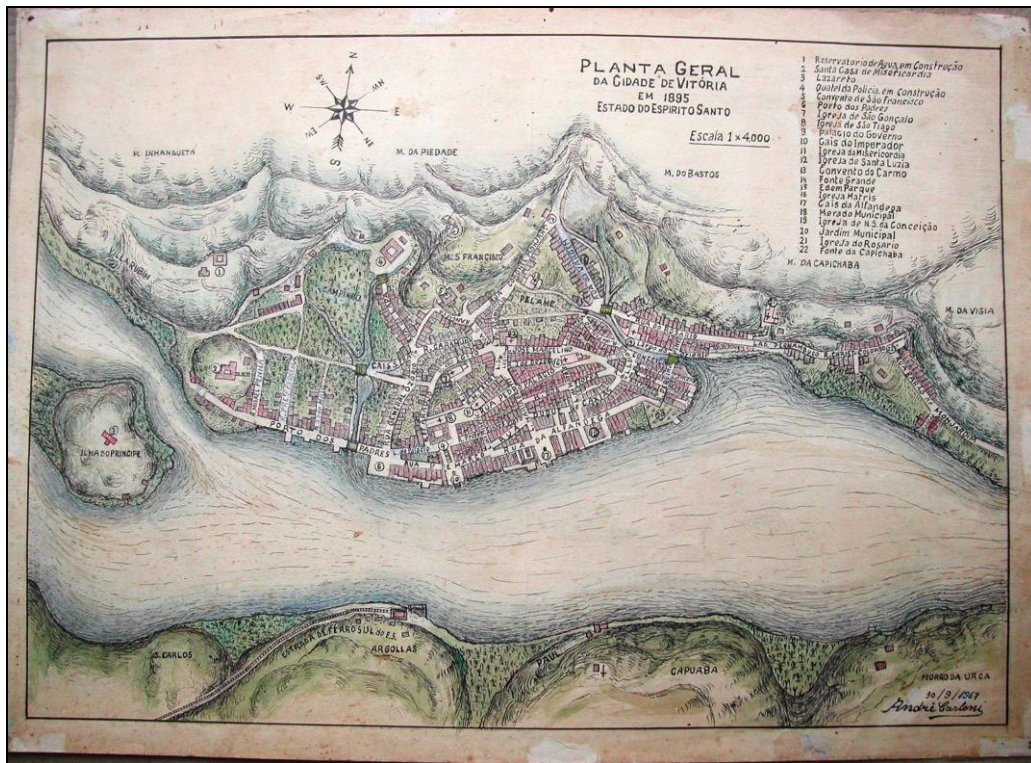


Figura 1: - Planta n. 1: Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895.

Fonte: CARLONI, André (1967). Acervo do IPHAN 27ª Regional.

A ocupação inicial de Vitória, datada dos anos 1550, foi uma decisão do donatário Vasco Fernandes Coutinho para proteger os colonos portugueses dos constantes ataques indígenas. Escolheu-se o morro de Santo Antonio para iniciar a fundação da nova vila (FREIRE, 2006, p. 64). As construções foram erigidas, então, em torno desse morro. A presença de pequenas elevações de terreno pode ter contribuído para a fixação da população em determinados locais, à beira-mar e estreitados na barra da ilha, de frente para o morro do Penedo, também conhecido na época por Morro de Açúcar, inspiração para os poetas locais. Reconhece-se que a ocupação inicial da antiga Vila Nova de Vitória centralizou-se na Ilha de Vitória, região avistada logo à entrada da Baía de mesmo nome, circundada por morros e atravessada por braços de mar conforme ilustram as figuras 2 e 3.



Figura 2 – Vista da barra da Ilha de Vitória, 1860
Fonte: Tschudi (2004).



Figura 3 – Vista da barra da Ilha de Vitória nos últimos anos do Oitocentos
Fonte: Oliveira (1951).

Localizada na Baía de Vitória a ilha homônima tinha diversas opções de portos e cais, dentre os mais famosos à época, o Porto dos Padres. Conta a tradição da cidade que a alcunha dada a esse cais derivava do fato de terem ali aportado os

URBANA, V.4, nº5, dez.2012 - Dossiê: Cidades e Sociabilidades - CIEC/UNICAMP

religiosos jesuítas quando chegaram ao Espírito Santo. Existiam ainda outros cais que figuravam como espaço de concentração de lanchas e sumacas provenientes de outras províncias e do interior do Espírito Santo. As terras localizadas mais ao leste da ilha³, já consideradas continentais, compostas significativamente por mangues e brejos, eram ocupadas por fazendas e sítios.

As atividades comerciais desenvolvidas na cidade ocupavam lugares específicos: em geral, estendiam-se tendas nas ruas próximas aos cais para vender miudezas. As casas de negócio eram conjugadas às residências dos comerciantes. Alguns tipos de ambulantes preferiam fixar-se nas praças da cidade, localizadas muitas delas em torno das igrejas, a saber: Praça da Matriz, Praça da Misericórdia e Praça do Convento do Carmo. Outros ambulantes concentravam-se próximos aos chafarizes, onde a circulação de pessoas era maior. As figuras 4 e 5 mostram dois chafarizes bastante freqüentados pelos capixabas: o da Capixaba e o do largo de Santa Luzia.



Figura 4 – Chafariz da Capixaba, 2008

Fonte: Bastos (2008).

³ Para visualizar as regiões da ilha de Vitória mencionadas no texto verificar a planta n. 1.

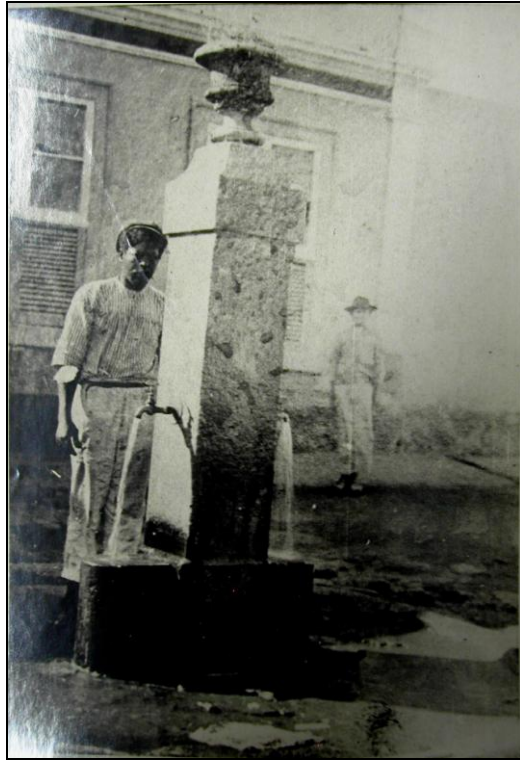


Figura 5 – Chafariz de Santa Luzia, 1908-1912

Fonte: IPHAN.

A manutenção das ruas, largos, praças e becos de Vitória apresentava-se como tema recorrente nos Relatórios dos Presidentes da Província. Reclamava-se do péssimo estado de conservação das vias, do mato crescente e dos alagadiços ocasionados pela chuva e pelo mar. Em 1863 contava a capital com 31 ruas, 8 becos, 7 ladeiras, 4 praças e outros tantos largos.⁴ A figura 6 mostra a Rua do Chafariz, em Vitória, sem calçamento e coberta por mato.

⁴ Segundo poema de Francisco Antunes de Siqueira havia em Vitória 5 largos, 20 ruas, 6 cais e algumas vias menores (SIQUEIRA, 1884, p. 40).



Figura 6 – Rua do Chafariz em Vitória, primeira década do século XX.

Fonte: IPHAN.

A partir do início do século XX, a capital começou a ser chamada de cidade presépio por jornalistas devido a sua estrutura arquitetônica e à organização de seus caminhos, com muitas ruas estreitas, ladeiras e becos. No século XIX alguns viajantes comentaram aspectos da estrutura arquitetônica de Vitória, em especial os caminhos de terra batida e as construções. Auguste Saint-Hilaire visitou o Espírito Santo por duas vezes, a primeira em 1818 e a outra em 1833. Em seu primeiro contato com a Vila de Vitória, Saint-Hilaire (1974, p. 45) observou que as ruas eram estreitas, calçadas precariamente e sem regularidade. As construções destinadas à moradia, em sua maior parte, apresentavam dois andares (sobrados) e havia fontes que, embora não chegassem a embelezar a vila, forneciam água aos moradores.

Outro estrangeiro, o Príncipe de Wied-Neuwied Maximiliano (1940, p. 142), em viagem pela colônia brasileira durante os anos de 1815 e 1817, esteve no Espírito Santo. Sobre a Vila de Vitória, o viajante germânico confessou ter-se admirado com a beleza do território, cuja arquitetura acompanhava o estilo português colonial de edificação. Por sua vez, o inglês Edward Wilberforce (1989, p. 19-20), visitante na cidade em 1851, reclamou das ruas imundas da capital e do mato abundante que cobria a Praça do Palácio do Governo Provincial.

A leitura de relatórios provinciais permite afirmar que a expansão da área urbanizada capixaba ocorreu no sentido oeste da ilha, em direção à Santa Casa de Misericórdia e ao Campinho. Somente no início da República é que se observaram esforços incisivos para a ocupação da área continental da capital. Esta interpretação

baseia-se na conjugação dos registros encontrados em escritos da época com as plantas e mapas da cidade.

Os caminhos que ligavam os quarteirões capixabas constituíam-se por vezes por pequenas pontes, como se observa na planta n. 1. Nota-se que a Ilha de Vitória era cortada por braços de mar que percorriam algumas áreas urbanizadas e também pelo encontro da água doce (proveniente da região da Fonte Grande) com o mar. Assim, as pontes eram indispensáveis para o trânsito da população, até mesmo no quarteirão do Campinho, cujo alagadiço só era transposto desse modo.⁵

A iluminação de Vitória também era mencionada com freqüência nos relatórios provinciais. Segundo dados oficiais, até 1860, somente a capital recebia iluminação por lampiões. Na década de 1840 a cidade contava com um número aproximado de 40 unidades, sendo que em 1841 havia 30 delas dispostas pelas ruas da cidade⁶ e 40 lampiões em 1847. Em fins de 1840, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Presidente de Província, falou aos deputados da Assembléia Provincial que a quantidade de lampiões existentes na cidade era inapropriada para que os moradores gozassem dos benefícios da iluminação. Além disso, o número reduzido obrigava-se a colocar os lampiões muito distantes uns dos outros, o que fazia com que alguns lugares permanecessem nas sombras.

No ano de 1850 aumentou-se o número de lampiões para 70, mas desse total apenas 50 funcionavam. Em 1852, elevou-se para 52, visto que a administração provincial colocou um na Fonte da Capixaba (figura 3 deste texto) e outro em frente à cadeia. O azeite utilizado na iluminação da cidade era o de peixe, que gradativamente foi substituído pelo azeite de sebo (em 1855). No início de 1864, o serviço de iluminação foi colocado em arremate. O arrematante era obrigado a acender os lampiões $\frac{1}{4}$ de hora antes do anoitecer e conservá-los nas noites de luar até $\frac{1}{4}$ de hora depois do aparecimento da Lua. As ruas da capital eram iluminadas com 65 lampiões. Para os anos finais da década de 1860 a iluminação a azeite de sebo foi substituída por querosene e o número de lampiões elevado para 100. Apesar do aumento, a administração considerava a quantidade ainda insuficiente.

Os capixabas se movimentavam pelos caminhos de terras e de águas de Vitória durante o dia e também após o anoitecer. A precariedade da iluminação, que provocava acidente nas ruas, não estorvava o concurso dos moradores nos diversos lugares dos quarteirões. Interessante verificar que a despeito da escassa luminosidade de determinadas áreas de Vitória, a população ocupava as ruas, as

⁵ Os caminhos de água que invadiam a ilha foram coloridos na planta n. 1 com a cor azul.

⁶ Dos 30 lampiões, oito eram colocados na parte externa de diversas repartições do governo.

praças e os largos para seus afazeres ordinários e também para comemorações e outros entretenimentos. A convivência dos indivíduos nessas ruas propiciava a trama de suas sociabilidades.

Quais os segredos que as ruas de Vitória guardavam? É preciso acompanhar as pessoas em suas caminhadas despreziosas pela cidade para compreender como se amalgamavam os arranjos sociais do lugarejo.

3. Os caminhos das bulhas

Os autos criminais selecionados para este artigo correspondem a dois delitos: injúria e agressão física (ferimentos leves). Os diplomas judiciários são permeados de trajetórias individuais de vida que se cruzavam nas vizinhanças capixabas até que certo dia tinha lugar uma desordem, provocada pela esgarçada convivência informal. Nesse instante, nascia uma nova trajetória, a história das bulhas, que reunia muitos atores sociais, espectadores, que tentavam decidir em qual narrativa acreditar. Se as diversas versões para tais episódios contadas pelas testemunhas, vítimas, réus e informantes são verdadeiras não se pode afirmar. Cumpre-se aqui apenas um papel mais singelo de lhes emprestar voz, reconstruindo um enredo para os depoimentos às vezes desconexos e trazendo à luz da investigação histórica uma urdidura bem amarrada e multicolorida, que entremeava pessoas de diferentes *status* sociais, sexos e idades.

As páginas adiante são dedicadas à narrativa desses momentos de vida de pessoas muito próximas, familiares, mas geralmente vizinhos e colegas de trabalho que, por conviverem estreitamente, se renderam à atração das pequenas formas de desentendimento, como as fofocas, as brigas e desordens.

3.1 Entre esquinas e quarteirões

As contendas travadas entre os capixabas tiveram lugar, em sua maioria, nos quarteirões da capital. Tal como afirmado anteriormente, os indivíduos viam a si próprios e aos outros a partir das relações que estabeleciam com a comunidade, as sociabilidades. A configuração espacial dos quarteirões e sua apropriação simbólica por parte dos moradores apresentam-se como variável importante a ser considerada na inquirição das sociabilidades. Ainda mais se tratando das conflituosas. Os quarteirões capixabas caracterizavam-se por uma comunicação estreita entre a vida familiar (mais doméstica) e aquela vivida nas ruas e lojas de comércio (mais pública). É possível falar, inclusive, em certa indistinção entre as esferas do privado e do público.

Os quintais das propriedades se separavam por cercas baixas de palha, que não impediam os olhares de vizinhos. Comparando os bairros de Vitória com os bairros parisienses do Setecentos, torna-se imperioso fazer referência à obra de Arlette Farge (1989-1992). Farge descreveu os bairros parisienses como um habitat que fabricava comportamentos e identidades que confundiam a vida privada com a vida pública. O cotidiano dos habitantes de Paris cingiu-se pela falta de individualidade das famílias, personagens de uma vida humana das ruas. Os cômodos do ambiente doméstico também não foram planejados para preservar a intimidade da vida privada. Quase tudo se comunicava: não havia diferença entre porta aberta e porta fechada (FARGE, 1989, p. 224). Pode-se dizer que os bairros de Vitória ultrapassavam a imagem de um simples ambiente geográfico restrito a certa quantidade de fogos.⁷ Constituíam eles espaços independentes, onde as pessoas reagiam de acordo com seus próprios valores e regras. Os bairros transformavam-se em um lugar onde cada qual vivia vigiado pelos outros e vigiando-se (FARGE, 1989-1992, p. 588). Diversos atores atuavam como autoridades inspetoras dos bairros capixabas: os vizinhos, os inspetores de bairro, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados de polícia e seus agentes subordinados. Tais personagens eram os guardiões da ordem e da moral públicas. Neles, as pessoas procuravam proteção e justiça, compreensão, disciplina e indulgência.

Arlette Farge (1989-1992, p. 592) caracterizou a injúria entre os parisienses como uma forma de pulsação social. Para ela as sociabilidades nos *quartiers* de Paris eram baseadas na ausência de privacidade e na predominância das variedades orais. Nesse sentido, a palavra assumia posição *sine-qua-non* no seio da sociedade, porque criava o reconhecimento do indivíduo por ele mesmo, ainda que no espaço coletivo. De modo semelhante, atuava na estruturação da sociabilidade, reforçando-a até nos episódios em que um dos moradores do bairro fosse colocado em perigo por ter seu nome na boca do povo.

No cotidiano dos bairros capixabas, por sua vez, a injúria exercitava o conhecimento dos indivíduos pelos olhos e boca dos outros e emoldurava os contornos das sociabilidades desenvolvidas pela população, de maneira que a palavra se tornava “todo poderosa” [sic] (FARGE, 1989-1992, p. 590). Isso porque havia um contato tão estreito entre as famílias e as ruas, isto é, entre a vida doméstica e a vida (pressuposta) exterior, que se compreendia o olhar onipresente dos entes da comunidade como um direito de falar do outro. “[Era] preciso controlar a qualquer preço o fluxo do que se [dizia] e se [via] para não assumir o grave risco de se tornar

⁷ Denominação própria do século XIX para se referir a casas habitadas.

vítima. Numa sociedade de 'iguais' [era] necessário ter a estima dos outros" (FARGE, 1989-1992, p. 591).

Dos falatórios e injúrias poderiam resultar brigas e bulhas que, ocasionalmente, culminavam em ferimentos físicos. As autoridades policiais, por sua vez, tentavam se impor a esse modo informal de convivência promovendo a disciplina nas ruas e controlando as sociabilidades que se processavam nesses espaços comuns. O inspetor de quarteirão era o agente do corpo policial mais próximo da população, em especial dos seus próprios vizinhos. Além de conhecido por todas as pessoas das ruas que estavam sob sua responsabilidade, o inspetor devia ser sempre cauteloso e trabalhar pela paz em seu quarteirão. Interessante pensar na ocasião de o inspetor ter de apartar uma desordem na área de sua vigilância, envolvendo seus vizinhos.

Episódio ordinário do dia a dia de seu cargo, diriam uns, mas para uma sociedade como a de Vitória, marcada pela pessoalidade das relações sociais, a prisão ou a advertência promovidas contra um morador contíguo à casa do inspetor poderia, certamente, gerar desconforto permanente para ambos. Ao inspetor, pois a ele cabia muito mais do que promover rondas pelas ruas e zelar pelas fontes e chafarizes sob sua responsabilidade. Suas atividades envolviam, acima de tudo, os vínculos construídos durante anos de convivência entre sua própria família e os vizinhos, conformando laços de boa vontade que poderiam ruir, num átimo, por conta de desordens e brigas. Por outro lado, os vizinhos tinham, para com o inspetor, uma relação pautada pela subserviência e respeito, o que fazia com que, por vezes, a casa do agente policial fosse compreendida como um ambiente intrínseco à sua função.

Não obstante a caracterização pública do ofício do inspetor, não seria excessivo dizer que sua atividade se situava na linha tênue entre a privacidade da vida alheia e a publicidade dos conflitos entre os indivíduos. Desse modo, muitas pessoas dirigiam-se à residência dele para queixar-se de outros ou proteger-se de eventuais perigos.

Indo além, a personagem do inspetor poderia ser equiparada ao do comissário de polícia dos bairros parisienses do século XVIII. De acordo com Farge (1989, p. 220), a casa do comissário tinha localização privilegiada. Conhecida por todos os moradores do bairro, nas paredes da residência do comissário fixavam-se editais e informações. Local de encontro, de comentário das novidades e de socorro no caso de conflitos, a casa dessa autoridade era acessível a todos. Se o comissário de polícia apresentava-se como um indivíduo bem quisto pela população parisiense, o mesmo não acontecia com os inspetores e os auxiliares de polícia de Paris. O bairro

desconfiava de tais agentes que se insinuavam no seio da sociedade, em trânsito frequente, e dispostos a denunciar quem quer que fosse (FARGE, 1989, p. 221).

Retornando às sociabilidades capixabas, a figura do inspetor de quarteirão é marcante e frequente nos autos criminais de injúria e agressão física. Ao contrário das desconfianças dos parisienses em relação aos inspetores dos bairros, seus congêneres de Vitória eram personalidades bem relacionadas e mantinham amizades com os vizinhos⁸. Como em boa parte do dia era preciso manter-se circulando pelas imediações da sua área de atuação, o inspetor de quarteirão sabia quase tudo o que ocorria nas ruas e nos locais de comércio daquela circunscrição e, até mesmo, nas casas e quintais dos habitantes. Observa-se nos processos analisados a existência de declarações desses oficiais a respeito da conduta de determinado morador das redondezas, informando se levava ele uma “vida regada a vícios e libidinagem” ou se era “pessoa honesta e pacata”⁹.

O simbolismo associado à residência dos inspetores de quarteirão também alcançava a moradia dos chefes de polícia, dos delegados e mesmo dos subdelegados. O expediente ordinário da polícia realizava-se na casa do chefe de polícia, que destinava um espaço em sua habitação para o estabelecimento de um escritório, onde funcionava a secretaria de polícia e a sala de despachos e audiências.¹⁰ Estas deviam ser feitas a portas abertas, sendo franqueado o acesso a qualquer indivíduo. Nessa ocasião, iam ao encontro do chefe de polícia as testemunhas inquiridas, o réu, a vítima ou ofendido e os advogados ou procuradores das partes, em sequência similar às fases do processo sumário.

Além das audiências, os chefes de polícia, os delegados e os subdelegados recebiam em sua casa quer os peritos para realização do auto de corpo de delito em pessoas feridas, quer as testemunhas para comprovação da idoneidade do exame concretizado. Durante o dia, os chefes de polícia eram visitados pelos praças da Companhia de Pedestres, inspetores de quarteirão e guardas policiais, que participavam à autoridade qualquer tipo de comoção ou evento anormal ocorrido em Vitória. Chegavam à residência do chefe de polícia as pessoas que buscavam auxílio em vista de uma desordem ou proteção contra algum inimigo. Em resumo, a casa do oficial permanecia dia e noite com as portas abertas, sem impedir a entrada de quem quer que fosse e continuamente à espera de algum vizinho que viesse à procura de conselho, assistência ou simplesmente de um dedo de prosa.

⁸ Afirmação baseada na análise dos autos criminais.

⁹ Expressões retiradas das declarações constantes nos autos criminais.

¹⁰ Na cidade de Vitória, a secretaria de polícia funcionava na Rua da Mangueira (Rua 1º de Março).

3.2 Cenas de sociabilidades¹¹

A convivência entre os habitantes de Vitória pautava-se por significativa intimidade das relações sociais. Alguns pesquisadores sugerem, como Geraldo Antonio Soares (2004), que praticamente todos deviam se conhecer na Vitória do Oitocentos, dado a constituição geográfica de ocupação da porção insular da capital. Os problemas eram resolvidos, como já dito, *portas a dentro* e *portas a fora*, não se reconhecendo um distanciamento entre a vida familiar (íntima) e a *vida da rua*. É provável, então, que em algumas ocasiões o equilíbrio costumeiro das sociabilidades estabelecidas nas vizinhanças corresse o risco de se romper.

A instabilidade provocada pela esgarçada sociabilidade vicinal é passível de ser identificada no dia a dia amigável da vizinhança moradora na Rua da Vargem¹². De acordo com a Planta Geral da Cidade de Vitória (ver planta n. 1), datada da segunda metade do século XX, a Rua da Vargem iniciava-se na Prainha, braço de mar que adentrava a Ilha de Vitória no Largo da Conceição¹³, estendendo-se até o cruzamento dessa artéria com a Rua Coronel Monjardim¹⁴. De um lado da rua estava o Pelame¹⁵, juntamente com o morro de São Francisco e, de outro, o morro de Bastos. Embora cortasse a Ilha desde a sua barra até quase à Fonte Grande, apenas a parte mais alta da rua era habitada, a partir da ponte que ligava essa via de comunicação à Rua do Rosário (ver planta n. 1). Todo o restante do caminho era tomado pelas águas do mar e da chuva, que alagavam a rua, transitável apenas por pontes.

¹¹ As narrativas compreendidas nesta seção do artigo baseiam-se nos depoimentos arrolados nos autos criminais de injúria e agressão física pesquisados. As fontes fazem parte da Série Inquéritos do Fundo de Polícia do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

¹² No livro de Elmo Elton (1999, p. 98), *Logradouros antigos de Vitória*, a Rua da Vargem recebe a denominação de Rua da Várzea. A planta da cidade de Vitória projetada para o final do Dezenove, confeccionada por André Carloni (planta n. 1), apresenta denominação divergente. Combinando as informações de Elmo Elton com as descrições dessa rua nos autos criminais do segundo quartel do século XIX e com a planta n. 1 preferiu-se usar a nomenclatura Rua da Vargem, em função das inúmeras referências nos diplomas judiciários e de André Carloni, autor da planta n. 1, ter residido durante quase toda sua vida nessa rua. Atualmente, a Rua da Vargem é conhecida como Rua Sete de Setembro, tendo recebido esse nome em 1922, devido ao aniversário da Independência do Brasil.

¹³ Antes de ter essa denominação, toda a região abarcada pelo Largo da Conceição era conhecida por Prainha. Os braços de mar que originavam essa praia entravam na Ilha de Vitória pelas Ruas do Oriente, General Câmara e São Manoel, mantendo o Largo quase tomado pela água salobra. Desde meados de 1860, havia ali um chafariz com duas torneiras, próprias para o consumo doméstico. No final do Oitocentos, o Largo da Conceição recebeu os primeiros aterros, que viabilizaram a construção do Teatro Melpômene (ELTON, 1999, p. 72).

¹⁴ No início do Oitocentos, a Rua Coronel Monjardim era conhecida pela população de Vitória como Rua da Capelinha, porque ali se situava a capela da Ordem Terceira do Carmo. A extensão da rua ia desde a ladeira do Convento de São Francisco até a Fonte Grande. A homenagem ao coronel é devido ao fato de nesse caminho ter existido, no final do Setecentos, um palácio de residência dos capitães-mor, dentre eles, o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (ELTON, 1999, p. 91).

¹⁵ O nome Pelame relaciona-se a um charco, que funcionava como curtume, localizado entre as Ruas Dr. Azambuja (antiga Ladeira do Convento do Carmo) e Professor Baltazar (antiga Ladeira da Rua da Vargem). O melhoramento do curtume foi executado pelo coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, quando assumiu a presidência da Província em março de 1858 (ELTON, 1999, p. 77).

Residentes na Rua da Vargem há no mínimo dez anos, os capitães Serafim José dos Anjos Vieira e Emílio João Valdetaro viviam em harmonia desde 1845. Em fins do ano de 1857, porém, a cordialidade entre os vizinhos começou a fenecer, pois Valdetaro se envolveu com Florinda “de Tal”, conhecida na vizinhança do quarteirão como prostituta. O auto criminal que narra a discórdia entre os capitães remonta a março de 1858, data do último desentendimento entre os vizinhos. Em carta endereçada ao chefe de polícia de Vitória o capitão Emílio João Valdetaro queixava-se de Serafim José dos Anjos Vieira por tê-lo injuriado, chamando-o de ladrão, bêbado e prometendo meter o vergalho no queixoso. Contou mais o autor, que Serafim era conhecido no quarteirão por seu comportamento ranzinza e difamador. Da janela e da varanda da residência do réu¹⁶, ele intrometia-se na vida das pessoas que transitavam pela Rua da Vargem, a única via de ligação de Serafim com o mundo exterior, pois passava ele boa parte do tempo em reclusão devido a sua idade avançada, 72 anos.

No dia da primeira audiência da ação criminal foi lida a petição de queixa e dada a palavra ao réu para se defender. Pelo réu foi contestada a matéria da queixa do autor e narrados os episódios que marcavam os dissídios entre os ex-amigos. Sumariamente, Vieira descreveu como era o relacionamento dele com o queixoso antes do ocorrido em março de 1858. Guardavam ambos cordial amizade e passavam longas horas a conversar sobre assuntos variados, durante o dia ou mesmo à noite, já que meavam a cerca dos fundos de suas respectivas casas. Ressalta-se o fato de Serafim não apreciar sair de sua residência, preferindo o aconchego do lar e, devido ao queixoso ser funcionário da alfândega, este se comprometia em ser o “noveleiro” do réu, contando-lhe as notícias mais recentes da cidade e as novidades trazidas pelas embarcações que atracavam nos cais da Ilha. Além de dividirem o cercado de madeira e palha que repartia os quintais das moradias, os capitães também compartilhavam a criação de marrecos. Uma vez ao mês, os dois se reuniam nos quintais para contar os ovos e distribuí-los igualmente.

A primeira desavença havida entre Serafim e Emílio decorreu da criação de marrecos que eles conjugavam. O segundo achava que o primeiro lhe surrupiara alguns ovos, enquanto Serafim respondera que a culpada era uma criada do queixoso, que pegara os ovos de propósito para aproveitá-los.

Serafim considerava, ainda, que as desconfianças de capitão Emílio eram alimentadas por uma mulher que residia na companhia do queixoso, a qual esse último chamava de “Minha Flor”. Os ânimos parecem ter se aguçado no natal de

¹⁶ As pessoas que ficavam nas janelas e varandas de suas casas a observar o movimento das ruas e seus acontecimentos receberam a alcunha de *janeleiras* por parte de alguns depoentes em autos criminais de injúria.

1857, ocasião em que um caboclo, residente na casa do queixoso, saiu para brincar com outros rapazes na Rua da Vargem. Desgostoso com a algazarra dos meninos, Serafim gritou da varanda de seu quarto para voltarem aos lares, e os adolescentes logo se retiraram. Aproveitando o ensejo, o réu disse ao caboclo que limpasse o rego, pois para a casa dele vinham as imundícies da casa do queixoso. Ao entrar na casa de Emílio, o caboclo contou a “Minha Flor” a conversa que tivera com o vizinho. Irritada com a intromissão de Serafim, a mulher dirigiu-se aos fundos da casa e começou a gritar ao caboclo para voltar à rua e brincar com os amigos, ao passo que Serafim devia arranjar uma ocupação ao invés de se intrometer na vida dos vizinhos. E sobre a limpeza do rego, ela advertiu ao réu que passaria a mantê-lo sempre bem sujo, dessa forma quando chovesse todos os dejetos seriam levados pela água da chuva até o quintal dele. Como resposta a isso, Serafim esclareceu que não dava satisfações a prostitutas. Ao ouvir o qualificativo a ela dirigido, “Minha Flor” iniciou um atropelo de injúrias e xingamentos contra o réu e uma filha dele, que “[...] há treze anos vivia sob os auspícios da loucura”. Retorquiou Serafim dizendo que à família dele não cabia a carapuça, mas sim ao queixoso, que no momento estava na alfândega, trabalhando.

Por volta das sete horas da noite, as ruas encontravam-se sombreadas por uma penumbra que turvava o caminho dos pedestres. Os poucos lampiões distribuídos pelos edifícios da administração provincial e municipal estorvavam o trânsito tranquilo dos transeuntes, temerosos em tropeçar nos pedregulhos que formavam a cobertura dos caminhos e em cair sobre as enormes poças de água, vestígios das chuvas de dias anteriores e do mar que atravessava a cidade de Vitória. Para o capitão Emilio chegar à sua casa havia duas possibilidades: seguir pela Rua da Alfândega até a Rua da Matriz, subir a Ladeira Dr. Baltazar e atravessar uma pequena ponte que dava acesso à Rua da Vargem. Alternativamente, ele poderia preferir caminhar por toda a Rua da Alfândega, atravessar a Rua Pereira Pinto e a ponte que terminava na Rua do Rosário, para daí em diante subir em direção à parte de relevo mais elevado da Ilha, onde finalmente atravessaria uma ponte para chegar à rua de sua residência.

Ao chegar em casa Valdetaro soube da altercação que “Minha Flor” tivera com o vizinho, capitão Serafim. Segundo declaração do réu, o capitão Emílio aparentava estar tão apaixonado por sua companheira que até se ela o mandasse pular da janela de casa ele o faria. Irritado com as injúrias proferidas contra “Minha Flor”, Emilio começou a gritar no quintal, destratando o réu. Se para os envolvidos parecia não haver como piorar a indisposição promovida pelos vizinhos, foi uma surpresa quando em 1º de março de 1858 apareceram vários pedaços de madeira do muro da casa do

queixoso com o cipó cortado. Nesse dia “Minha Flor” levantou-se bem cedo, horário em que apenas se ouvia o barulho do braço de mar bater nas pedras que bloqueavam o avanço das águas pelas ruas de Vitória, e assim que saiu para o quintal avistou parte do muro desfeito, como se, de propósito, tivessem-no destruído. Consoante Serafim, Florinda “de Tal” (como a vizinhança chamava “Minha Flor”) e outros homens, “[...] que pela incontidência e imoralidade do queixoso costumavam freqüentar a casa a qualquer hora do dia e da noite [...]” desconfiados da autoria do desembaraço dos cipós, dirigiram várias injúrias contra o queixoso, que se manteve quieto. Finalmente, o conflito objeto da queixa teve lugar em dia de quinta-feira, 4 de março de 1858. Era um dia claro e quente, tinha-se a impressão de que a qualquer momento choveria tamanha a sensação de calor. Aproximava-se o horário do almoço e tanto em casa de Serafim, quanto na de Emilio já era possível sentir o aroma das comidas nas panelas ao fogo. No quintal de Serafim estava uma criada a vigiar uma porção de açúcar que secava ao calor, quando subitamente atravessou o jardim um cachorrinho de propriedade de Florinda “de Tal”. Segundo as testemunhas de acusação o capitão Serafim bateu no cão e o animal começou a latir. O capitão aposentado, de sua parte, afirmou que os latidos se iniciaram porque o cão se assustou com os gritos de sua criada. De todo modo, fato é que Florinda “de Tal”, escutando os latidos do cão passou a dirigir palavras injuriosas ao réu. Em resposta, Serafim veio até à varanda de seu quarto e pediu que ela se contivesse, visto que passava dos limites.

O enredo narrado propiciou aos litigantes mencionados no auto criminal a exacerbação das emoções, culminando com a troca de ofensas como xingamentos e descomposturas. Para compor o rol de testemunhas do caso, foram intimados oito moradores da Rua da Vargem, sendo dois empregados públicos, um artista, um músico, um ferreiro, um oficial de justiça e duas costureiras. Importa salientar que durante a inquirição das testemunhas de acusação, o réu contestou a todas, alegando já ter tido com elas desavenças ou com algum parente delas. Sobre a testemunha Maria Ferreira da Conceição, Serafim afirmou ser ela mulher de vida pública, além de amiga de “Minha Flor”. Segundo o réu, essas mulheres eram conhecidas como “Pães de Sebo” pelas redondezas da Rua da Vargem, havendo dias em que se ajuntaram em número de quatro ou cinco para fazer batuques e duetos na casa do queixoso.

Ao término dos procedimentos legais, decidiu o chefe de polícia, Tristão de Alencar Araripe, pela assinatura de um termo de bem viver entre o capitão Serafim José dos Anjos Vieira e Florinda “de Tal”, por compreender não terem sido dirigidos insultos ao queixoso, que estava ausente de casa, mas sim à “Minha Flor”.

Seguramente, o réu e Florinda assinaram o termo requerido, embora restem dúvidas quanto ao cumprimento das cláusulas do acordo, haja vista o temperamento de cada um e o hábito de se insultarem repetidamente. Ao que parece, o cotidiano da vizinhança da Rua da Vargem era constantemente apimentado pelas discussões e intrigas que aconteciam nos fundos das propriedades dos capitães.

Os quarteirões das vizinhanças capixabas eram movimentados pelo ir e vir de profissionais que vendiam suas mercadorias nas ruas: os ambulantes. Na capital da Província do Espírito Santo há indícios de que muitos desses ambulantes eram escravos. Estes conheciam detalhadamente a rotina de muitos moradores. Impressiona o relato minucioso das bulhas e gritarias feito pelos cativos. Outras personagens também se dedicavam ao *metier* de observar a *vida das ruas*: as mulheres. Se não trabalhavam fora de casa, de lá mesmo tratavam de observar o mundo que enchia seus olhos, espreitando da janela ou do sótão. As lavadeiras, engomadeiras e costureiras se misturavam às outras pessoas no trânsito das ruas e caminhos de lama da capital e vislumbravam o caráter fugaz das sociabilidades desse ambiente, que ora envolvia discórdia, ora ajustamento. As escravas também conservavam privilégios na convivência com a *vida da rua*, tendo em vista as amizades construídas à beira dos chafarizes e fontes de Vitória, as relações de compadrio desenvolvidas no decorrer da contratação dos serviços e os vínculos de dependência gerados a partir da incorporação de mais um membro à família.

As desavenças escolhidas para a narrativa a seguir caracterizaram-se pelo envolvimento de mulheres. Elas não desprezavam a singularidade das sociabilidades dos espaços exteriores ao lar, tampouco compreenderam os conflitos como um rompimento das redes de sociabilidades. Pareciam, com efeito, inseridas nas engrenagens da trama social entrelaçada pelos atores do cenário maior chamado Vitória.

O primeiro caso a ser contado é o das escravas Albertina e Gertrudes. As agressões físicas ocorreram sobre o chão pedregoso da Rua das Flores, próxima à Ladeira de Maria Ortiz, antiga Ladeira do Pelourinho.¹⁷ A Rua das Flores era famosa entre os habitantes de Vitória, porque nela residira, entre o fim do Setecentos (1790) e primeiras décadas do Oitocentos (até 1824), João Antônio Pientznauer e suas filhas. Sabe-se por Elmo Elton (1999, p. 25) que a família de Pientznauer transferiu residência para Campos dos Goitacazes poucos anos após a Independência por conta

¹⁷ A mudança do nome da ladeira ocorreu nos últimos anos do Dezenove em homenagem à iniciativa de Maria Ortiz em defender a Vila de Vitória contra os piratas holandeses. A designação Ladeira do Pelourinho derivou-se da construção de um pelourinho no centro dessa travessia íngreme. Antes disso, porém, a ladeira podia ser chamada de Ladeira da Assembléia, da Cadeia e do Trapiche (ELTON, 1999, p. 49).

de desavenças políticas em Vitória. Uma representação datada de 1811 fornece indícios dessa desarmonia. Joaquim José Coutinho, morador da então Vila de Vitória, empreendeu um abaixo-assinado contra Pientznauer por considerá-lo um monstro sem caráter, responsável pela desonra e desgraça a que foram submetidos os residentes da Vila.

A Rua das Flores era assim conhecida por razões opostas. João Antônio teve com sua esposa três filhas, Gertrudes, Ana e Joaquina, consideradas pela vizinhança moças belas, que causavam suspiros nos rapazes ao passearem pelas ruas de Vitória (ELTON, 1999, p. 25). Nessa artéria também residiu Dionísio Álvares Rezendo, importante político local. A Rua das Flores localizava-se entre a Rua da Praia (Rua Duque de Caxias) e a Rua da Matriz (Rua Pedro Palácio). Os moradores do quarteirão eram visados pela população capixaba pela tradição de ser uma rua cheia de histórias dos antigos moradores. Tudo era observado e comentado, ainda mais os casos de brigas e safanões.

Era 4 de setembro de 1857, Gertrudes recebera ordem de seu senhor, Joaquim Alves Pinto, para ir buscar água na Fonte Grande. Saíra ela da Rua da Praia, onde Alves Pinto era proprietário de comércio, e percorrera as ruas de Vitória, optando sempre pelo caminho mais moroso para encontrar outros cativos transeuntes e indivíduos livres que também estavam a circular. Subindo os caminhos da cidade em direção à parte alta da ilha, onde se situava a Fonte Grande (ver planta n. 1), decidiu cortar caminho pela Rua das Flores. Ali passando deparou-se com Albertina, escrava do capitão Antonio de José Ferreira de Araújo, que estava sentada na janela do sótão da casa de seu senhor. Este foi o cenário da briga travada entre as duas cativas, que embora não tenha sido possível averiguar quem iniciou os ataques, foram identificados os ímpetos que culminaram nos ferimentos infligidos à pessoa de Gertrudes.

Albertina, ré na ação criminal instaurada pelo senhor de Gertrudes, tinha ao tempo da desordem 25 anos, aparentemente. Constava também já ser mãe de família e escrava de boa reputação na vizinhança da Rua das Flores. Gertrudes, por seu turno, era uma adolescente com 14 para 15 anos, que adorava perambular pelas ruas da cidade, principalmente quando se tratava de realizar atividades externas a pedido de Joaquim Pinto. Ambas escravas de negociantes matriculados na praça de comércio da Câmara Municipal de Vitória, Albertina e Gertrudes tinham contendas a acertar: a cativa de Ferreira de Araújo estava bastante irritada com Gertrudes por ter conhecimento que a adolescente gastava suas horas falando da ré.

Dos tapas e tropeços havidos entre as duas mulheres, resultou sair Gertrudes com um ferimento no supercílio e alguns arranhões pelo corpo provocados por uma queda na Rua das Flores. O evento teve lugar às dez horas da manhã, numa das travessias mais movimentadas da cidade. A claridade do dia facilitava observar o cotidiano nublado pelo breu da noite. Não eram necessários lampiões para assistir à altercação das duas escravas. Público não faltaria, pois a proximidade com a Rua da Praia fazia da Rua das Flores uma via tangencial ao escoamento do trânsito do comércio da primeira artéria. Curiosamente, das testemunhas ouvidas no processo criminal, apenas dois indivíduos do corpo policial e dois escravos confessaram ter presenciado em parte ou todo o ocorrido. A negativa de haver presenciado a desordem era um artifício usado pelos depoentes para se livrarem de qualquer futura acusação de perjúrio, ou mesmo de verem a convivência com os vizinhos transtornada por uma declaração comprometedora.

Joaquim José da Silva, tenente comandante de Pedestres de Vitória, jurou ter visto da janela de sua moradia, localizada à Rua das Flores, as duas pretas atracadas uma à outra e gritou para que se apartassem, caso contrário desceria ao encontro das duas para “meter o chicote”. De acordo com o mesmo Silva, ao ouvir as palavras da testemunha as cativas se separaram e foram cada uma para um lado da rua, e ele não as advertiu por ter lhe parecido o caso sem consequência maior. Dona Ana Maria das Chagas, também residente nessa rua, julgou ser uma perda de tempo o queixoso, senhor de Gertrudes, fazê-la vir ao juízo para falar da briga das escravas. De acordo com o seu depoimento, afirmou não ter ouvido nada a respeito desse fato por considerá-lo uma asneira e achar que não teria desdobramentos, inclusive ficando surpresa quando recebeu a intimação em sua casa para jurar sobre a bulha. Parece também que Dona Ana ficara incomodada em ter seu nome listado no rol de testemunhas desse processo. Não é difícil imaginar uma senhora proprietária de agências de negócio da cidade tendo de se desfazer de seus compromissos para comparecer à casa do chefe de polícia a fim de lhe informar o que soubesse sobre a briga das escravas. Percorrer os caminhos de pedra da cidade até o local apresentou-se constrangedor para Dona Ana. Inclusive, quando do julgamento do caso no Tribunal do Júri ela se absteve de comparecer, alegando problemas de saúde e apresentando atestado médico.

O comentário de Dona Ana e de Joaquim José da Silva não ecoaram ao vento, pois ao término dos debates no Juízo de Direito, o júri determinou pela não condenação da ré, respondendo negativamente ao primeiro quesito proposto pelo juiz de Direito João dos Santos Sarahyba: “(1) a ré Albertina fez em luta com Gertrudes

no dia 4 de setembro de 1857 na Rua das Flores desta cidade as ofensas constantes do corpo de delito [...] na mesma Gertrudes?" (INQUÉRITO POLICIAL, 1857, p. 82).

Diante da decisão do júri da cidade de Vitória o juiz de Direito apelou para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, contestando a decisão dos jurados. Na motivação redigida por Sarahyba, as alegações indicavam a importância mínima conferida ao crime pelo proprietário da ré e pelos jurados, que "[...] [ouviam] somente a importância pequena das ofensas recebidas pela ofendida e levado[s] por um espírito de proteção humanitária mal-entendida [...]" (INQUÉRITO POLICIAL, 1857, p. 82), mesmo tendo a ré confessado em interrogatório na presente instância judicial ter sido autora dos ferimentos em Gertrudes.

Discorda-se aqui do juiz Sarahyba quando se referiu ao espírito humanitário dos habitantes capixabas que figuraram como jurados na presente ação judicial. Ao invés disso, parece compreensível a atitude dos jurados como uma conformação aos códigos de convivência do lugarejo, que franqueavam à população o uso de dispositivos pessoalizados para a resolução de seus conflitos. Não seria o caso de impunidade, mas sim de confirmação das práticas costumeiras empregadas pelos indivíduos livres ou não, mulheres e homens.

Em outra causa judicial, datada em 1855, foi ré Rozinda Maria da Conceição e autor João José da Vitória. Disse João José da Vitória ao chefe de polícia que tendo se ausentado da capital devido ao seu ofício de pescador, deixara em casa sua mulher "mansa e pacífica". Vizinhos na Rua da Vargem, a ré e o queixoso guardavam desavenças, porque não havia bom convívio entre Rozinda e a esposa de João José. Na ausência de José da Vitória, Rozinda aproveitou para insultar a esposa do autor. Como habitualmente fazia, a ré estava sentada à porta de sua residência, aproveitando a folga nas encomendas de costuras, quando viu passar a esposa do queixoso. As casas eram dispostas uma frente à outra, separadas pela rua. Sem demora, começou a ré a proferir palavras injuriosas à família do autor. Dentre os epítetos utilizados por Rozinda constavam "puta batida de quanto negro há" e outros destinados ao marido ausente - "que havia de lhe arrancar as partes e com elas bater" (INQUÉRITO POLICIAL, 1855, p. 25).

Os vizinhos das duas famílias depoentes no processo como testemunhas de acusação declararam que a ré era conhecida na vizinhança da parte alta de Vitória por mudar com frequência de moradia. Um motivo mais do que razoável para essa situação instável de endereço devia-se ao fato de ser a acusada "perturbadora do sossego e ordem públicos", além de apresentar comportamento reprovado pelos moradores adjacentes. As testemunhas de defesa discordaram da má conduta da ré,

mas confirmaram que em menos de nove anos ela já havia residido na roça (terras localizadas além da ponte de Maruípe, isto é, na parte continental da capital) e em outras ruas da Ilha.

Emereciana Sacramento em seu depoimento forneceu um indício das características físicas da ré ao declarar que certo dia estava a depoente na porta de casa a conversar com Rozinda, esta última sentada à porta de sua própria moradia. Perguntando à Rozinda se sempre ia viajar como lhe havia comentado, a ré respondeu que somente lhe faltava para realizar a próxima viagem um canudo de pomada de paio, muito bom para cabelos de negros. Essa declaração sugere que Rozinda podia ser negra, interpretação corroborada pela declaração da ré, quando contestou o depoimento de Emereciana. De acordo com as palavras da acusada, não acreditava ser procedente a queixa de João José da Vitória, porque sempre tratou bem todos, inclusive as pessoas brancas. Não se sabe, é certo, se Rozinda era filha de uma escrava, mas podemos inferir com certa probabilidade que fosse crioula.

Os casos narrados de Albertina contra Gertrudes e dos litigantes João José da Vitória e Rozinda Maria da Conceição apresentaram um mosaico de sociabilidades conflituosas. As personagens fizeram uso de dispositivos informais para resolver uma situação que as incomodava. No primeiro caso, Albertina quis assustar a adolescente Gertrudes a fim de interromper as fofocas que fazia envolvendo o nome da ré. No outro, Rozinda aproveitou a viagem de João José para acertar as contas com a esposa dele, que havia tempo se recusava a conversar com a vizinha da Rua da Vargem.

As ruas alimentavam as sociabilidades dos moradores de Vitória, principalmente das regiões tradicionais da cidade, como a Rua da Capixaba. Uma das primeiras áreas da colonização da Capitania do Espírito Santo, essa rua, antes conhecida como o caminho da Capixaba, não tinha uma localização fixa. Sabe-se que se estendia do Largo da Conceição até o Forte São João, mas centrava-se ao redor da Fonte da Capixaba (ver planta n. 1). Os moradores da vizinhança da Rua da Capixaba eram, geralmente, os mais antigos de Vitória e entre eles havia Dona Delmira Maria de Oliveira.

Dona Delmira foi testemunha no auto criminal instaurado contra Francisco Vicente de Arruda pela acusação de ter batido em um negrinho vendedor de pão da padaria do Porto das Lanchas. No primeiro dia de janeiro de 1859, das oito para as nove horas, Delmira Maria encontrava-se sentada na entrada de sua casa à espera do vendedor ambulante de pão. Passaram os escravos das padarias Peyneau e Delphon com os cestos de pão, oferecendo de porta em porta as opções de roscas do dia. Ao se aproximarem da vizinhança de Dona Delmira, à Rua da Capixaba, os dois moleques

correram para disputar a cliente. O negrinho da Padaria Peyneau tentava persuadir a cliente, dizendo que os pães da Padaria Delphon tinham cabelo na massa e por isso não deviam ser consumidos, ao passo que os do seu cesto eram muito gostosos e bem fresquinhos. O vendedor da Padaria Delphon (do Porto das Lanchas) retrucou as acusações do outro ambulante, dizendo que não vendia pão com cabelo. Para comprovar mostrava seu cesto quase vazio, pois vendera praticamente toda sua preciosa mercadoria.

Para evitar maior discussão entre os meninos, Dona Delmira preferiu comprar um pão de cada um. Depois de efetuada a venda, os moleques seguiram rumo à Rua da Praia em constante altercação. Ao se aproximarem da Rua Primeiro de Março, eles começaram uma briga, jogando um no outro os cestos de pão. Nesse momento, passava o caixeiro da Padaria Peyneau que resolveu intervir na bulha. Ele, em ajuda ao escravo dos Peyneau, pediu ao negrinho que retornasse à loja imediatamente, pois cuidaria do caso. O caixeiro resolveu a polêmica desferindo umas chibatadas no escravo de aluguel da padaria Delphon. Contam algumas testemunhas moradoras na Rua Presidente Pedreira¹⁸ que Francisco Vicente chicoteava o escravo, enquanto ele exigia o fim daqueles atos, pois já tinha senhor, que não era o caixeiro. A autoridade policial local, provavelmente o inspetor de quartirão, julgou os atos do caixeiro abusivos e instaurou um auto de perguntas, de onde se pode apurar um pouco da configuração espacial das sociabilidades de Vitória.

Nos depoimentos, verifica-se na voz das testemunhas certa diferenciação entre as áreas mais e menos urbanizadas da capital. Os depoentes descreviam a região que iniciava na Rua Porto dos Padres até a localidade onde se situava a Santa Casa de Misericórdia e o Campinho como uma parte fora da cidade. A partir do Porto dos Padres seguindo em direção à Rua da Praia (Rua Duque de Caxias) e ao Largo da Conceição, situava-se o que os depoentes consideravam como a cidade de Vitória. As outras áreas eram consideradas partes exteriores à cidade.

A Padaria Delphon situava-se no Porto das Lanchas, ao lado do cais do Santíssimo. Na planta n. 1 a localização aproximada do Porto das Lanchas está entre as Ruas General Câmara e São Manoel. A venda de pães realizava-se na loja das padarias e também pelos ambulantes, que disputavam cliente a cliente. Os moradores das Ruas Presidente Pedreira e da Capixaba, depoentes no processo, preferiam aguardar pelos negros vendedores de pães sentados à porta de suas casas. Ficavam por lá das sete às nove horas, de acordo com a descrição constante no auto.

¹⁸ O nome da rua faz referência ao Presidente de Província Luiz Pedreira do Couto Ferraz, cujo governo se estendeu de 1846 a abril de 1848 (ELTON, 1999, p. 34).

O hábito de se conservar sentado à porta de casa era comum tanto de dia quanto à noite, principalmente em dias festivos. Na noite de Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro de 1858, Turíbio José de Sousa Adão encontrava-se sentado à porta de seu comércio, assistindo às comemorações noturnas da padroeira da igreja matriz. Embora fosse dia importante da tradição capixaba, não foram instalados lampiões para melhorar a iluminação das ruas da Matriz, do Rosário e do Largo da Conceição. Por isso, Turíbio não conseguia ver nitidamente os passos da procissão. Perto da meia noite, Turíbio escutou um murmúrio estranho na Rua do Rosário, onde residia e era dono de comércio. Atento para distinguir os sons provenientes do lado do Rosário, percebeu que se tratava da patrulha de pedestres e outros praças conduzindo a presa Floriana Maria do Rosário, famosa louca da vizinhança.

Preocupado com os maus tratos perpetrados contra Floriana do Rosário, Turíbio implorou aos praças que interrompessem aquele tipo de tratamento, visto não ser necessário dado o estado de embriaguez da presa. De acordo com a queixa dada por Turíbio, a patrulha indignou-se com sua interferência e resolveu prendê-lo. Turíbio não aceitou ser preso, relutando várias vezes contra a ordem de encarceramento. A acusação dada contra os praças da patrulha versava a respeito das chibatadas desferidas no queixoso. Do depoimento de João Pinto da Rocha, morador na Rua São Diogo, no Campinho, a escuridão das ruas não facilitava enxergar o ocorrido, só era possível ouvir o som das chibatadas e os gritos de socorro de um homem, que suspeitava serem de Turíbio. Dirigindo-se a testemunha para o botequim da Rua do Rosário, viu passar a patrulha conduzindo o queixoso que se agarrava em desespero aos coqueiros plantados no Largo da Conceição. Turíbio tentava se desvencilhar dos praças, correndo em direção à Rua do Piolho, se escondendo por entre os matos e atrás das pedras e agarrando-se em árvores. Os moradores da redondeza não conseguiam distinguir de quem se tratava, mas viam um homem fugindo dos policiais, tropeçando nas pedras e deixando pelo caminho pedaços de roupa rasgada.

A condução de Turíbio até a cadeia pública sugere o caráter habitual de procedimentos como os adotados neste caso, principalmente em noites de festa, quando os ânimos dos participantes tendiam a se exacerbar devido ao consumo de bebidas destiladas. Nem sempre as prisões desdobravam-se em ações judiciais, como ocorreu na condução de Turíbio à delegacia, entretanto, as autoridades, ao que tudo indica, pretendiam acalmar os espíritos exaltados dos moradores em comemoração.

4. Conclusão

As ruas capixabas guardavam segredos a serem desvendados. Ao contrário de inibir o contato social nesse ambiente externo ao lar, essas vias de comunicação revelavam características próprias de uma *vida da rua*. Não se sabia ao certo onde começava e terminava a vida nas ruas. Havia dificuldade também em diferenciar quando tratar um vizinho como inspetor de quarteirão, ou quando considerá-lo simplesmente o morador da casa ao lado. As ruas promoviam a integração dos habitantes de Vitória, a promoção de vínculos e afetos. As sociabilidades desses espaços obedeciam a regras muito sutis, mas passíveis de observação. Os moradores enxergavam as ruas como uma extensão das janelas de casa, atribuindo-as um conteúdo. De acordo com Maria Alexandre Lousada (1995, p. 394), as primeiras décadas do Oitocentos em Lisboa marcaram uma transformação nas formas de sociabilidade dos habitantes da capital de Portugal. Ela relacionou a disseminação da cultura das Luzes, materializada pela criação das primeiras lojas maçônicas, da vida de salão e da emergência de cafés, como espaços de discussão literária e política, à remodelação das ruas e dos largos da cidade como espaços apenas de trânsito efêmero, retirando-lhes a humanidade.

Da análise dos autos criminais depreende-se que as ruas se apresentaram como parte indissociável dos conflitos narrados. De maneira semelhante, os caminhos de terra batida guardavam histórias dos antigos moradores e dos hábitos da vizinhança que seriam transmitidos aos futuros vizinhos. Recebiam nomes de igrejas, de personalidades locais, mas poderiam ser simplesmente chamadas de ruas do mar, em função da ligação estabelecida entre o oceano, que se infiltrava nas terras da Ilha de Vitória, e os capixabas. O registro dos nomes das artérias nos diplomas judiciais permite, inclusive, identificar as características de cada rua, onde se desenvolvia o comércio local, onde eram as igrejas e quais eram as vizinhanças mais barulhentas. As ruas tornavam-se agentes de sociabilidades, caso não fossem coisas... Ganhavam personalidade, como nome, endereço e memórias.

A incidência da sociabilidade conflituosa provavelmente foi instigada pela proximidade dos contatos humanos engendrados pela população local. Conforme indicado na planta n. 1 utilizada neste artigo, a constituição geográfica da capital da Província do Espírito Santo encurralou os moradores na barra da Ilha de Vitória, provavelmente potencializando o intercuro das sociabilidades.

Os capixabas se movimentavam dia e noite pelas ruas. A péssima qualidade da iluminação por lampiões, alvo de reclamações por parte de pessoas da cidade, não

impediu que os moradores ocupassem, à noite, os espaços comuns – ruas, praças e cais – na rotina ordinária dos afazeres profissionais e de lazer. A convivência nesses espaços propiciava a trama de suas sociabilidades.

Qual a singularidade desses ambientes? A vida dos indivíduos e a trama de seus arranjos sociais construíam-se em intimidade com os vizinhos, os transeuntes e, principalmente, com as ruas. Tim Sieber (2008, p. 58) discrimina o que viria a ser os *usos privados da rua*, “uma vez que se encontravam muitos pequenos mundos na rua que concordavam em conviver [...]”. A indistinção entre vida pública e vida privada contribuiu decisivamente para a formação de uma nova esfera da vida: *a das ruas*. A *vida das ruas* guardava um segredo: o movimento. As ruas da capital apresentavam-se às vizinhanças locais com uma rotina própria e o dia a dia desse espaço social agrupava tanto atividades de trabalho, quanto momentos de regozijo. Nesse ambiente, os moradores observavam o fluxo da *vida das ruas* e de suas casas e lojas de negócio assistiam ao espetáculo das redes de sociabilidade se constituindo e se esgarçando cotidianamente.

5. Referências

Fontes

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (1850-1872). **Série Inquéritos Policiais**, Fundo Polícia.

IPHAN. **Série Espírito Santo**, Fundo Fotografias e mapas.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940.

ESPÍRITO SANTO. Presidentes de Província (1840-1872). **Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo**. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/229/index.html>>. Acesso em 12 jan. 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. **Poemeto descritivo em oito cantos**. Vitória: Tipografia da Província, 1884.

TSCHUDI, Johann Von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça**, 1860. Vitória: APEES, 2004.

WILBERFORCE, Edward. **Ingleses na costa: impressões de um aspirante de marinha sobre o Espírito Santo em 1851**. Vitória: Cultural, 1989.

Bibliografia

- AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-Maçons de l' Ancienne Provence**. Paris: Fayard, 1984.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. In: VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (Org.). **Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)**. Lisboa: Colibri/Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. A literatura e a invenção da casa como espaço de intimidade familiar. In: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL: SENSIBILIDADES E SOCIABILIDADES, IV, 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos do IV Simpósio Nacional de História Cultural: sensibilidades e sociabilidades**.
- ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES/Secretaria Municipal de Cultura, 1999.
- FARGE, Arlette & REVEL, Jacques. As regras do motim: o caso dos raptos de crianças (Paris, Maio de 1750). In: REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.
- _____. Famílias: a honra e o sigilo. In: ARIES, Philippe & DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989-1992. V. 5.
- _____. **Fragile lives: violence, Power and solidarity in eighteenth-century Paris**. Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- _____. **Lugares para a História**. Lisboa: Teorema, 1997.
- FREIRE, Mário Aristides. **A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. Vitória: Flor & Cultura/Cultural-ES, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.
- JANCSÓ, István & KANTOR, Iris. **Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EDUSP/FAPESP/Imprensa Oficial, 2001. V. 2.
- LOUSADA, Maria Alexandre. **Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- SIEBER, Tim. Ruas da cidade e sociabilidade pública. In: CORDEIRO, Graças Índias & VIDAL, Frédéric (Org.). **A rua: espaço, tempo, sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- SOARES, Geraldo Antonio. Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX. **Dimensões**: Revista de História da UFES, Vitória, n. 16, 2004.
- SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.